

Apresentação

Este livro apresenta a inserção do campo de conhecimento e das práticas de intervenção da Saúde Coletiva nos processos do desenvolvimento rural e da sustentabilidade ambiental. Essa discussão implica uma abordagem de questões teórico-conceituais e de resultados científicos de estudos realizados nos ambientes rurais que contemplam não apenas a saúde humana do ponto de vista biológico/individual, mas também questões inerentes ao campo da Saúde Coletiva como as políticas públicas, os estudos epidemiológicos e as Ciências Sociais e Humanas em saúde. Nesse contexto, o eixo principal de abordagem desta obra está nas relações entre produção, trabalho, ambiente e saúde humana, com ênfase nas políticas públicas voltadas às questões de desenvolvimento no rural, sendo trazidos elementos de reflexão sobre as iniciativas para mitigação, prevenção e controle das situações ambientais potencialmente causadoras de agravos à saúde.

A presente proposta parte de estudos, reflexões e experiências apresentados na 3ª Jornada de Estudos Rurais e Saúde, cujo tema foi “Saúde, desenvolvimento e (in)sustentabilidades no rural”, realizada no mês de outubro de 2015, na Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A 3ª Jornada foi organizada pelo Grupo de Estudos em Saúde Coletiva (Gesc) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e com o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento (Grimad), todos vinculados à UFRGS. Contou com o apoio do Bacharelado em Saúde Coletiva da UFRGS, do Grupo de Trabalho Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), do Observatório Saúde, Campo, Floresta e Águas (OBTEIA/UnB), da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) e do Grupo de Trabalho de Agrotóxicos e Transgênicos da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia).

Na terceira edição da Jornada de Estudos Rurais e Saúde foram debatidos temas como saúde, desenvolvimento e as insustentabilidades do sistema produtivo no rural e seus reflexos na saúde dos trabalhadores e das pessoas do campo e da cidade. Estudantes de vários cursos de graduação, especialistas e profissionais de diversas áreas compartilharam informações sobre temas diversos, como violência e gênero; práticas de cuidado em saúde; impactos do cultivo do tabaco para saúde humana e ambiental; vigilância do uso de agrotóxicos no campo e na cidade; alimentos transgênicos e educação no campo para um modelo de produção de alimentos sem uso de insumos químicos, entre outros. Os debates trouxeram discussões sobre formas de controle, uso e banimento dos venenos agrícolas na alimentação humana e animal. Durante o evento, foi apresentado e divulgado o *Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*, documento que denuncia a retórica da designação dos agrotóxicos por “defensivos” agrícolas e a ideia amplamente difundida de que toda técnica destinada a solucionar o desafio alimentar no mundo é moralmente justificável, consagrando, assim, os efeitos negativos dos agrotóxicos como uma necessidade social inevitável.

As reflexões e os debates que originaram os textos deste livro apresentaram como desafios aos campos da Saúde Coletiva e do Desenvolvimento Rural pensar a complexidade e a invisibilidade do mundo rural enquanto espaço de vida. Tais desafios se colocam pela necessidade de promover o reconhecimento da saúde como parte integrante do desenvolvimento rural; pela escassez de estudos sobre as temáticas da saúde no meio rural; pelo acúmulo de pesquisas multi e interdisciplinares desenvolvidas pelos autores deste livro na forma de dissertações, teses e artigos envolvendo diferentes olhares sobre um mesmo espaço – o rural; e pelas contribuições que esses conhecimentos podem dar às políticas públicas direcionadas ao rural.

O livro apresenta um capítulo inicial que situa de forma abrangente o contexto e o debate das (in)sustentabilidades no meio rural, tendo como pano de fundo os alimentos transgênicos e suas relações com a saúde humana. Por tratar de uma tecnologia que tem se transversalizado e alterado a agricultura praticada no mundo – transformando, assim, a base da alimentação das pessoas e dos animais de produção –, pela sua importância incontestável, apresentamos esse debate como o primeiro capítulo desta obra. O texto “Lavouras transgênicas: uma discussão sobre a tecnologia, seus mitos e alguns dos impactos documentados” traz uma ampla discussão acerca dos alimentos transgênicos na perspectiva do desenvolvimento e da saúde. O texto aponta problemas relacionados à fragilidade dos pressupostos científicos que embasam decisões de instâncias reguladoras (no caso brasileiro, a Comissão Técnica Nacional de

Biossegurança – CTNBio) e contempla o debate sobre a expansão de áreas cultivadas com lavouras transgênicas de soja, algodão e milho, e a divisão de opiniões sobre a inocuidade dessa tecnologia em relação à saúde humana e ambiental.

Na sequência, os capítulos são agrupados em duas partes. A primeira parte, intitulada “(In)sustentabilidades nos modos de produção/trabalho e as implicações na saúde da população rural”, apresenta abordagens teóricas e concepções que subsidiam experiências atuais sobre produção e trabalho no rural. Os capítulos ilustram abordagens que enriquecem as aproximações com a realidade dos saberes e práticas em saúde rural e urbana, na perspectiva dos modos de produção e trabalho.

Nesse sentido, em “Agrotóxicos, saúde e trabalho rural: a atuação do Cerest da região Macro Sul do Rio Grande do Sul”, aborda-se a integração da rede de serviços de saúde promovida pelos Centros Regionais de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) e sua forte contribuição às populações de trabalhadores rurais, especialmente ao promover estudos de identificação e diagnósticos das condições de vida e trabalho, na sua inter-relação com a saúde.

O texto “Segurança alimentar no meio rural: a experiência de formação de jovens rurais no Vale do Rio Pardo, RS” apresenta um trabalho de formação educativa na região do Vale do Rio Pardo, onde predomina a produção de tabaco incentivada e consolidada junto aos agricultores familiares através da estrutura física e operacional das indústrias fumageiras. Nesse capítulo, é descrita a experiência de um projeto que buscou incentivar a produção e o consumo de alimentos saudáveis por jovens rurais que estavam em processo de formação no Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor), capacitando-os para atuarem como multiplicadores da segurança alimentar no meio rural.

O adoecimento relacionado aos modos de produção entre trabalhadores rurais plantadores de tabaco no Brasil, tema ainda pouco documentado na literatura, é discutido em “Anos de trabalho dedicados ao plantio de fumo e a relação com o adoecimento”. As principais formas de adoecimento referidas em estudos internacionais e nacionais são a Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT) e outros agravos, como doenças respiratórias, acidentes e intoxicações por agrotóxicos.

A aplicação de agrotóxicos destinados ao controle de pragas, geralmente realizada através de repetidas pulverizações de venenos químicos, tem impacto tanto sobre os organismos-alvo (as pragas) quanto sobre outros compartimentos do ambiente, como o solo, a água subterrânea e a atmosfera. No capítulo “Resíduos de agrotóxicos em água e solo de município em região produtora de

fumo no Rio Grande do Sul”, é apresentada uma discussão sobre a presença de resíduos de agrotóxicos na água e no solo de propriedades rurais e os possíveis impactos na saúde humana.

O texto “Rastreamento de Transtornos Psiquiátricos Menores em fumicultores no município de Candelária/RS” traz uma discussão muito pertinente aos plantadores de tabaco, referente aos transtornos mentais. Isso porque diversos estudos têm relacionado a fragilidade da saúde mental dos agricultores com a intoxicação crônica por organofosforados, ao passo que outras pesquisas têm detectado essas substâncias em amostras de sangue humano, no leite materno e em alimentos, buscando relacionar esses elementos químicos com danos à saúde humana.

No sentido de dar visibilidade ao trabalho das mulheres rurais, as práticas coletivas descritas no texto “Mulheres rurais e plantas medicinais: das práticas às existências coletivas” abordam a antiga reivindicação da legitimação das práticas populares em saúde e do envolvimento feminino relacionado ao “cuidado”. A essa discussão se associam ainda as reivindicações por melhoria de qualidade de vida, emancipação das mulheres, luta contra violência doméstica e visibilização do trabalho feminino. O texto instiga uma crítica ao desenvolvimento como processo homogeneizante e legitimado unicamente pela ciência moderna.

A segunda parte do livro, intitulada “(In)sustentabilidades nas políticas públicas e implicações no desenvolvimento rural e na saúde”, apresenta as políticas públicas voltadas à proteção da saúde das populações rurais no que tange ao uso de agrotóxicos, ao planejamento e execução de ações voltadas à população que vive no rural, à legislação sanitária e à cartografia da violência.

Iniciando essa segunda parte, é abordada a temática da violência contra as mulheres rurais, debate de extrema relevância uma vez que as taxas crescem assustadoramente e a invisibilidade dessa problemática situada fora dos grandes centros populacionais condena as mulheres a incipientes estratégias de intervenção. O tema é discutido no capítulo “Cartografias de violências contra mulheres rurais”.

Outro ponto discutido nesta segunda parte do livro diz respeito a uma nova ruralidade formada por elementos que dão uma dinâmica diferente ao cenário rural em diversas partes do mundo. O texto “O mundo rural e a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas” traz a discussão sobre a necessidade de se reanalisar o papel e, até mesmo, o futuro do rural, considerando-se a sua capacidade de se (re)colocar como espaço privilegiado de vida, para além da sua competência produtiva. No entanto, ao se lançar um olhar mais atento sobre o cenário rural do Brasil,

de forma geral, é possível observar um quadro de insustentabilidades que, em certa medida, marcam esse espaço e a sua gente. Junto a esse tema estão atrelados os elementos sobre a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas no contexto das novas ruralidades.

O sistema de produção agrícola hegemônico, dependente da utilização de produtos químicos, muitos deles com alta toxicidade para o ambiente e para a saúde humana, coloca nosso país no topo do *ranking* dos países que mais utilizam agrotóxicos no mundo. Esse quadro tem sido fomentado por políticas públicas que historicamente cumpriram o papel de favorecer a dependência dos produtores aos agrotóxicos. Como consequência, a expansão desmedida das áreas utilizadas pela agricultura dependente de agrotóxicos amplia gradualmente os impactos causados por esses produtos, incluindo nessa lista a contaminação do ar, do solo, das águas e as intoxicações humanas. Ações e políticas públicas para mitigar esses efeitos são discutidas no capítulo “O uso de agrotóxicos e suas implicações para a saúde humana e ambiental: enfrentamento local”.

A população rural tem sido bastante afetada pelos desastres naturais, cada vez mais frequentes em consequência do desequilíbrio climático que a cada ano se agrava, sendo as inundações os eventos que mais têm ocorrido no país. Quando as inundações ocorrem no meio urbano ou no rural, principalmente nos entornos das cidades e em regiões ribeirinhas, a saúde da população e os serviços que funcionam nesses locais, inclusive os de saúde, são igualmente afetados. Essas reflexões são abordadas no capítulo “Vigilância em saúde pós-desastre por inundação em áreas rurais”, que trata das políticas de saúde no meio rural em situações de desastre ambiental.

Com relação às políticas públicas de segurança alimentar, o capítulo “Problematizando o risco e as incertezas diante da alimentação: diversidade, segurança alimentar e políticas públicas em debate” coloca em evidência o fato de que, na medida em que se busca valorizar a diversidade e a singularidade dos alimentos, sua origem e os seus modos de produção, os riscos devem ser compreendidos de forma contextualizada. É preciso que, para além dos aspectos técnico-normativos da produção de alimentos, sejam reconhecidos e legitimados os conhecimentos e as técnicas tradicionais e/ou artesanais dos processamentos, bem como hábitos culturais associados às formas de consumo desses alimentos. O texto pretende dar luz à discussão das normativas sanitárias que penalizam a produção familiar rural.

O capítulo “Análise comparativa da implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no México e no Brasil” aborda o primeiro instrumento jurídico de caráter internacional que visa à redução da mortalidade

e morbidez planetária, atribuíveis ao tabagismo: a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Para a Organização Mundial da Saúde (2014, p. 5),¹ o cultivo de tabaco “[...] agrava em particular os transtornos sociais e a pobreza, originando um regime de servidão laboral e trabalho infantil; além das repercussões no meio ambiente e a saúde das pessoas”. Porém, outros autores argumentam que a atividade do tabaco gera emprego e riqueza e é adequada para as pequenas propriedades das famílias camponesas, sendo defendida como uma alternativa de investimento e trabalho agrícola. As ambiguidades do cultivo do fumo são discutidas neste capítulo.

O capítulo “Agrotóxicos, ambiente e saúde: uma experiência de vivência em rede para construção de política pública participativa” aborda a experiência inovadora da elaboração de uma consulta pública sobre agrotóxicos urbanos. Na perspectiva saúde-ambiente-trabalho, a experiência da Equipe de Vigilância de Saúde Ambiental e do Trabalhador, da Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde de Porto Alegre, foi a responsável pela implantação das ações de vigilância à saúde de populações expostas aos agrotóxicos no município de Porto Alegre e desenvolveu uma metodologia com base na participação e educação popular. Essa metodologia merece ser replicada em outros municípios, pois a partir desse diagnóstico local podem ser propostas e implementadas políticas públicas de proteção à saúde das populações (rurais e urbanas).

Fazendo-se um resgate do modelo – tanto de desenvolvimento quanto de saúde executado para o rural brasileiro –, é possível vislumbrar algumas de suas características que merecem destaque em função das insustentabilidades e da invisibilidade que este lugar assume enquanto mundo de vidas. Em relação ao projeto de desenvolvimento do rural para o Brasil, ele foi caracterizado, inicialmente, pelo extrativismo para o mercado estrangeiro e, posteriormente, por uma política agrícola de exportação de grãos. Os princípios desses modelos estiveram (e ainda estão) assentados no incentivo financeiro às grandes propriedades rurais, na exploração desmedida de recursos naturais e na “modernização” do setor rural a partir da mecanização e do uso intensivo de produtos químicos necessários à manutenção de monoculturas.

Quanto ao modelo de saúde para o rural brasileiro, historicamente as políticas de saúde estiveram relacionadas mais aos interesses dos projetos de desenvolvimento econômico, que necessitavam de mão de obra sadia, do que relacionadas às necessidades sociais e especificidades de saúde dessas popula-

¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Alternativas económicamente viables al cultivo de tabaco (en relación con los artículos 17 y 18 del Convenio Marco de la OMS para el Control del Tabaco). *Conferencia de las Partes en el Convenio Marco de la OMS para el Control del Tabaco*. Sexta Reunión, Moscú, Rússia, 13-18 out. 2014.

ções. Por outro lado, é importante frisar que há possibilidade de se reverter as insustentabilidades que marcam o campo da saúde rural. O que se quer dizer é o seguinte: articulando-se noções e práticas contra-hegemônicas – como as que se discutem nos capítulos desta obra –, pode haver possibilidade para uma melhor apreensão das necessidades e, portanto, avanços na concretização da promoção do bem-estar e da vida no rural.

É disto que esta obra trata: discussões multidisciplinares que oferecem visibilidade sobre as necessidades no campo da Saúde Coletiva que estão em jogo no rural, os determinantes sociais da saúde e as (im)possibilidades, que estão postas, para se garantirem melhores condições de saúde às pessoas que nele vivem, trabalham e interagem e almejam uma vida digna. Este livro também propõe que se avance nas reflexões sobre as (in)sustentabilidades no rural na perspectiva da Saúde Coletiva, tomando-se consciência da pluralidade de fatores envolvidos na produção de um alimento seguro e socialmente justo, para quem produz e para quem consome.

Antes de finalizar, é preciso registrar que a publicação deste livro contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) por meio do Edital PPSUS 02-2013.

Marilise Oliveira Mesquita
Deise Lisboa Riquinho
Tatiana Engel Gerhardt
Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz
Organizadoras